

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 31ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2021, ÀS 11H52MIN.**

---

**PEQUENO EXPEDIENTE**

(ABERTURA DA SESSÃO)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo de Mato Grosso, declaro aberta a presente sessão.

(PRIMEIRA PARTE – LEITURA DA ATA)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - Peço que assumam a 2ª Secretaria o Deputado Wilson Santos e a 1ª Secretaria o Deputado Valmir Moretto. (OS SRS. DEPUTADOS VALMIR MORETTO E WILSON SANTOS ASSUMEM A 1ª E 2ª SECRETARIAS, RESPECTIVAMENTE.)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - Peço ao Deputado Wilson Santos que faça a leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 19 DE MAIO DE 2021, ÀS 10H22MIN.)

O SR. 2º SECRETÁRIO (WILSON SANTOS) - Lida a Ata, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - Lida a Ata, eu a coloco em discussão. Não tendo ninguém que queira discutir, coloco em votação. (PAUSA) Aprovada.

(PRIMEIRA PARTE – EXPEDIENTE)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - Peço ao Deputado Valmir Moretto que proceda à leitura do Expediente.

(O SR. 1º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DO SEGUINTE EXPEDIENTE: OFÍCIO 2.961/2021, DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; OFÍCIOS NºS 72, 73 E 74/2021, DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SEGUROS GERAIS, PREVIDÊNCIA PRIVADA E VIDA SAÚDE SUPLEMENTAR E CAPITALIZAÇÃO; OFÍCIOS NºS 334, 335, 336, 337, 338, 341, 342, 344, 345 E 346/2021, DA CASA CIVIL; OFÍCIOS NºS 391, 602, 605 E 607/2021, DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA; OFÍCIOS NºS 1.550, 1.570 E 1.602/2021, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA; OFÍCIOS NºS 860 E 868/2021, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE; OFÍCIOS NºS 2.277, 2.278, 2.345 E 2.350/2021, DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO; OFÍCIO Nº 64/2021, DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO; OFÍCIO Nº 15/2021, DO CORPO DE BOMBEIROS DE MATO GROSSO.)

O SR. 1º SECRETÁRIO (VALMIR MORETTO) - É só para o momento, Presidente.

(SEGUNDA PARTE – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES)

(NÃO HOUE APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES)

**GRANDE EXPEDIENTE**  
(NÃO HOUE GRANDE EXPEDIENTE)

**ORDEM DO DIA**

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - Lido o Expediente, vamos começar a votação dos projetos.

Projeto de Lei nº 450/2021 (EM 1ª DISCUSSÃO), Mensagem nº 84/2021, que aprova os convênios ICMS que relaciona, celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz, e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Em discussão.

(ORADOR NÃO IDENTIFICADO FALA COM O PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - Deputado, posso fazer um apelo a Vossa Excelência? Esse projeto aqui está contemplando o acordo que foi feito para todo o setor comercial do estado, principalmente as lojas de *shoppings*, as de calçados e de confecções, reduzindo os impostos delas. É uma coisa que... Nós temos mais de 200 lojas fechadas, que argumentam que esse é um dos problemas. O setor comercial todo, em peso, está pedindo a aprovação disso.

Eu gostaria, se o senhor pudesse discutir o assunto e não pedir vista, seria importante; mas, se não puder, o senhor tem o direito. *Ok?*

(FALAS FORA DO MICROFONE.)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - Como?... Abriu mão? Muito obrigado.

Continua em discussão. Para discutir, Deputado Faissal.

(O SR. FAISSAL FOLHEIA O PROJETO - PAUSA)

O SR. FAISSAL - Bom dia, Deputado; bom dia a todos.

Eu só gostaria de externar a minha opinião favorável ao projeto. O nosso setor produtivo precisa tanto dessas isenções, vejo aqui que são mais de dez convênios firmados, sejam na área de calçados, confecções, tecidos, comunicações, medicamentos de combate ao câncer, agricultura familiar, ou seja, abrange várias áreas, e eu gostaria de parabenizar o Governo do Estado de Mato Grosso por fazer a libertação desses impostos pesados que a gente vem sofrendo no dia a dia.

E gostaria de pedir também a complacência, a consideração de todos os demais Deputados com relação à energia solar. Esse aqui é o mesmo procedimento utilizado com relação à energia solar em 2019, que eu acho que todos os Deputados estão conosco, né, Avallone?

Então, sou favorável a esse projeto tal como sou favorável ao da energia solar, que vem do convênio do Confaz, segui para esta Casa de Leis... Porque nós tivemos uma grande discussão, inclusive com o Tribunal de Justiça, caros colegas, de fazer isso por meio de decreto ou por lei. E o correto realmente é por lei, ser encaminhado para esta Casa de Leis para convalidar os incentivos fiscais.

Então, está de parabéns, assim como está de parabéns também a questão da energia solar que nós fizemos em 2019.

Então, é só essa ressalva que eu gostaria de fazer.

Muito obrigado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
TRANSCRIÇÃO DA 31ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA  
DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2021, ÀS 11H52MIN.

---

Tenham todos um bom dia.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - *Ok*; registrado, Deputado.

Agradeço mais uma vez ao Deputado Ulysses pela compreensão.

Encerrada a discussão, ponho em votação... Desculpa. Deputado Lúdio Cabral, para discutir aí.

O SR. LÚDIO CABRAL - Obrigado, Avallone.

Eu vou discutir o projeto, mas antes, só rapidamente, que é importante isso para a população.

A ciência não está dividida em relação ao enfrentamento da covid, a ciência tem clareza dos caminhos que precisam ser seguidos: isolamento social, distanciamento social, não há evidência científica para qualquer tratamento precoce para conter a replicação do vírus e a utilização de uma série de medicamentos na fase inflamatória para conter o processo inflamatório e evitar o agravamento, especialmente corticoides e anticoagulantes.

E não há, da nossa parte, a politização desse debate. Quem politiza esse debate são as autoridades públicas que fazem apologia à cloroquina, à ivermectina, ao tratamento precoce, com um único objetivo: expor a população à infecção para fazer valer a sua estratégia de imunidade de rebanho pela infecção das pessoas.

Aí, nessa hora, nós temos que debater e combater esse negacionismo, essa apologia à morte propagada por autoridades públicas que estão sendo objeto de investigação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado.

Esse projeto, senhor Presidente, é importante nós aprovarmos. Ele trata de calçados, confecções e tecidos; ele trata de itens e de insumos relacionados ao enfrentamento da covid-19; trata da operação com medicamentos, com fármacos; trata de isenção de medicamentos destinados ao tratamento de câncer; trata da isenção de operações com aceleradores lineares destinados à prestação de serviços de saúde; trata de isenção em operações internas com equipamentos para irrigação de uso na agricultura e na horticultura.

Ele trata de isenção de ICMS nas saídas de pilhas e baterias usadas, portanto tem um efeito benéfico sobre o meio ambiente; e trata também da isenção de ICMS às saídas de óleo lubrificante usado e contaminado, também para beneficiar o meio ambiente; trata ainda de isenção de ICMS para operações que destinem mercadorias às instituições federais de ensino superior e aos hospitais universitários, portanto trata-se de uma iniciativa importante que nós temos que validar rapidamente aqui no nosso estado.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - Em discussão, Deputado Xuxu Dal Molin.

O SR. XUXU DAL MOLIN - Presidente Avallone, a gente tem que saber pedir e também tem que saber agradecer. Nós trabalhamos muito fazendo gestão, a gente trabalha desde o começo com uma ação falada de “mais gestão, menos impostos”. E agora a gente está vendo o que está acontecendo.

Eu quero parabenizar a Sefaz, o Governo do Estado, a Assembleia, as entidades que fizeram toda a articulação, o secretário César, o Gallo.

Mato Grosso é um estado que está ficando muito rico, mas o povo está ficando pobre, porque a carga tributária, as condições, tanto para o trabalhador como para o empreendedor não são fáceis.

Então, nós temos que fazer também... avançamos nessas áreas, a irrigação vai baixar o custo do alimento, mas também nós precisamos discutir a energia e os combustíveis. É muito importante isso estar na pauta de todos, está certo?

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 31ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2021, ÀS 11H52MIN.**

---

Eu quero aqui só para finalizar esse assunto... Deputado Lúdio, não distorça os fatos com relação à pandemia, tá? Eu, simplesmente, como Deputado, colega seu, ouvindo as bases, médicos, prefeitos, vereadores, eles só estão pedindo condições de apoio a medicamentos, inclusive anticoagulantes e corticoides.

Eu não falei cloroquina, não falei absolutamente nada. Eu não citei políticos, eu não citei nada, é somente dar condições de trabalho para os médicos nos municípios mais pobres.

Vocês que estão aí com a cartilha do PT, saiam do gabinete, saiam da internet e vão para a rua ver o povo passando fome, desemprego, tá certo? Vocês quiseram construir estádios e não hospitais, então parem de politizar, vocês fazem isso o tempo todo, tá certo?

Eu só vim aqui encaminhar um projeto de lei para dar condições de apoio a medicamento que os próprios médicos prescreverem. Então, pare de distorcer os fatos. É lamentável, você tem conhecimento, mas use para o bem, não para fazer essa política barata, o povo cansou disso, igual à CPI, tá? Não estão julgando quem roubou, os corruptos, estão fazendo simplesmente politicagem.

Desculpa aí o desabafo, mas nós não precisamos mais estender esse assunto. Só leia o projeto que eu fiz; se quiser apoiar, apoie; se não quiser, fale lá para os seus colegas médicos que você não quer que eles tenham mais condições de trabalho, tá?

Obrigado, Presidente Avallone.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - Para discutir o projeto do Confaz, dos convênios do Confaz, o último inscrito é o Deputado Paulo Araújo.

O SR. PAULO ARAÚJO - Deputado Avallone, na verdade, era para pedir para discutir o projeto, mas era para saber exatamente do teor do projeto; o Deputado Lúdio Cabral já fez a leitura de quais itens que o Estado vai isentar.

E quero dizer para toda a sociedade mato-grossense que pode contar com o nosso apoio a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - *Ok.*  
Agradeço aos Deputados que discutiram o projeto.

Encerrada a discussão, eu coloco o Projeto de Lei nº 450/2021, Mensagem nº 84/2021, que aprova convênio de isenção de ICMS relacionados, celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária. O parecer é favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Aqueles Deputados que concordam permaneçam como estão. (PAUSA)  
Aprovado por unanimidade. Vai à 2ª discussão.

O Sr. Professor Allan Kardec - Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - Deputado, eu vou só ler esse projeto aqui, pedir votação e lhe dou a questão de ordem. Então, vamos lá.

Em 2ª votação, Projeto de Lei nº 830/2019, de autoria do Deputado Wilson Santos; ementa: institui o dia estadual do “Quebrando o Silêncio” no Estado de Mato Grosso e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão. Não tendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados que concordam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado.

Pela ordem, Deputado Allan Kardec.

O SR. PROFESSOR ALLAN KARDEC - Deputado Avallone e todos os Deputados, eu gostaria de fazer uma denúncia aqui, ao vivo, sobre três projetos que aportaram nesta Casa; um deles foi aprovado em primeira, foi aprovado em segunda na sessão passada e hoje foi sancionado, que diz sobre a retirada de terras do município de Santo Antônio de Leverger.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 31ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2021, ÀS 11H52MIN.**

---

No projeto que foi aprovado na semana passada, nós tínhamos aqui, no dia da aprovação da segunda votação, o presidente da Câmara de Santo Antônio de Leverger conversando com o Presidente Max, três projetos de leis do Governo do Estado, retirando terras de Santo Antônio de Leverger, passando para Jaciara, para Campo Verde e também para Juscimeira. A mesma tentativa que vem ocorrendo desde 2009, desde 2009; e, em 2016, eu estava na condição de vereador em Cuiabá e começamos a fazer a defesa jurídica. E, no ano passado, Deputado Faissal, ganhamos uma Adin, uma ação direta de inconstitucionalidade, porque qualquer lei que retira território de município precisa passar por um plebiscito na sua população. (O SR. MAX RUSSI ASSUME A PRESIDÊNCIA.)

O SR. PROFESSOR ALLAN KARDEC - Esses projetos de lei estão retirando 3.000 quilômetros quadrados de Santo Antônio de Leverger.

Ontem eu estive no Intermat e solicitei o mapa original da criação do município de Santo Antônio, que foi criado em 1825, e todas as suas alterações.

Em 2009, há uma alteração de uma área devoluta entre Santo Antônio e Jaciara.

E aí eu gostaria de dizer ao Presidente Max que eu estou me sentindo traído. O senhor recebeu dia 13 de junho, na Câmara Municipal de Santo Antônio de Leverger, o título de cidadão santo-antoniense.

Esteve aqui o secretário Isaías Júnior, com a prefeita Francieli e o presidente Rômulo, pedindo para o senhor retirar de pauta, e o senhor fez o compromisso conosco de retirada de pauta desse projeto para fazer a discussão; o senhor fez o compromisso conosco de não leitura dos outros dois projetos.

Enquanto eu estava no café, o Deputado Wilson Santos assume a tribuna; e, na sessão passada, no final da sessão passada, acontece um atropelo; dentre os diversos atropelos, a aprovação em segunda dessa lei.

E aí eu quero aqui deixar claro para os colegas parlamentares, e especialmente para a população de Santo Antônio de Leverger: hoje nós entraremos com uma ação direta de inconstitucionalidade no TJ, com muita clareza, com muita clareza de vitória, porque já ganhamos no TJ e já ganhamos no STF a mesma tentativa... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PROFESSOR ALLAN KARDEC - E já temos vitória nas leis que foram tentadas no passado. E essa, que foi aprovada no afogo, em plena discussão democrática, foi aprovada no afogo, nós vamos ganhar na Justiça.

E as outras duas que aportaram hoje aqui, eu já peço para os colegas que não aprovem essa lei, que não compactuem com esse erro, tirando do mais pobre para levar para quem tem mais; tirar 3.000 quilômetros quadrados de Santo Antônio de Leverger é crime e eu não vou deixar isso acontecer!

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Deputado... Pode ser... Era o... Wilson Santos... É que ele foi citado, Faissal; e, após, Faissal.

(O SR. WILSON SANTOS E O SR. FAISSAL DIALOGAM - RISOS)

O SR. WILSON SANTOS - O Deputado Faissal perguntou por que que eu vou discutir antes que ele. É uma questão de beleza, né, Excelência? No campo da beleza, (RISOS) a gente dá de goleada nesses jovens.

Senhor Presidente... Deputado Allan Kardec, eu entendo muito bem o seu sentimento, mas Vossa Excelência citou o meu nome aqui, eu não iria usar a palavra, mas vou ter que usá-la.

Primeiro, os Anais desta Casa registraram o meu voto quando essa matéria foi tratada aqui alguns anos atrás, minha discussão e o meu voto; Vossa Excelência sabe, a população de Leverger conhece o meu posicionamento.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 31ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2021, ÀS 11H52MIN.**

---

Em relação a essa matéria, ela foi pautada na CCJR, e quando ela foi à votação, como presidente daquela Comissão, eu retirei de pauta por 24 horas para que Vossa Excelência fosse comunicado. Isso também está registrado nas atas daquela comissão, para que Vossa Excelência tomasse conhecimento de um assunto grave sobre o seu município.

E, na semana passada, quando presidi a comissão aqui... E só dirigi porque faltou o Presidente, faltou o primeiro-vice, e eu sou o segundo-vice; por prerrogativa regimental, eu não poderia prevaricar; estando em plenário, sendo o terceiro homem da Mesa em plenário, eu sou obrigado a presidir a sessão; e eu presidi a sessão.

E todas as matérias que estavam em pauta, Vossa Excelência tinha conhecimento, porque a pauta é passada 24 horas a todos os gabinetes dos Deputados, eletronicamente, e aqui no plenário fisicamente também. Então, não era uma matéria desconhecida.

Agora, Vossa Excelência tem todo o direito de fazer a defesa do seu município. Esse é um assunto polêmico, é um assunto grave.

Quero dizer a Vossa Excelência que nem todos os remanejamentos de áreas precisam de plebiscito. Quando se trata de área igual ou inferior a 5% do território, a legislação permite ao Parlamento fazer o desmembramento, o remanejamento, sem consulta à comunidade. Ok?

Presidente Max, era só isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE ( MAX RUSSI) - Deputado Faissal.

O SR. FAISSAL - Senhor Presidente, nobres pares, eu acho que nós temos que aprender um pouco também com a Câmara Municipal de Cuiabá. O novo Regimento da Câmara Municipal de Cuiabá reza que a pauta das sessões será elaborada na segunda-feira no Colégio de Líderes, às 9 horas; toda segunda-feira, então, todos os vereadores de Cuiabá ficam sabendo com antecedência sobre a pauta.

Aqui, nesta Casa de Leis, às vezes a gente fica perdido, estou dando razão para o Deputado Allan, porque nós ficamos perdidos; a pauta, às vezes, chega em cima da hora, depois a pauta não é seguida, não é sequência.

Então, eu gostaria, assim, que fosse feito um maior esclarecimento.

Essa questão de Santo Antônio, em específico, eu tomei ciência na data de ontem, através do nosso vereador Rafael Silva. Eu até estranhei, sabe por quê? Porque foi uma matéria já aprovada na legislatura passada e que deu vários problemas entre os municípios e principalmente o maior prejudicado, Santo Antônio.

Na época, eu recebi o prefeito, o Valdirzinho, que me falou que tinha área de zona rural, que ele continuava como prefeito, que não fazia mais parte de Santo Antônio, e ele estava custeando com recursos da Fonte 100, do próprio município, colégios que já estavam sob outro município, que não o dele. E isso aí gera o quê? Improbidade administrativa, gente.

Então, o que nós fizemos no ano de 2019? Nós colocamos novamente essa discussão aqui em Plenário e nós revimos o que foi feito na legislatura passada.

Vejam bem, foi alterado na legislatura passada e nessa foi alterado novamente. E agora eu descobro que foi de novo alterado? Para prejudicar de novo o município de Santo Antônio?

Então, nós temos que ter uma maior atenção.

Allan, pode contar conosco. Se você for fazer a ação, faça! Certo? Mas pode fazer um projeto de lei também, que eu assino, fazemos os limítrofes de Santo Antônio como os originais. Eu assino junto com você, tá bom?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
TRANSCRIÇÃO DA 31ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA  
DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2021, ÀS 11H52MIN.

---

Obrigado.

Tenham todos um bom dia.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Deputado Paulo Araújo.

O SR. PAULO ARAÚJO - Nobres Deputados, Deputado Max, em especial o Deputado Allan Kardec, que tem residência em Santo Antônio de Leverger.

E eu conclamo todos os Deputados da Baixada Cuiabana, nós não podemos admitir tamanha afronta aos municípios da Baixada Cuiabana. E quero saber qual o motivo, se tem alguém que pode explicar aí, qual o motivo de estar tirando áreas do município de Santo Antônio de Leverger.

Então, Deputado Allan Kardec, no seu pedido pode contar com o nosso apoio. Eu acho que esse apoio deve ser um apoio coletivo, o Deputado Botelho, o Deputado Allan, a Deputada Janaina, o Deputado Elizeu, o Deputado João Batista, enfim, outros Deputados também que possam somar com Vossa Excelência.

E eu acho que o mais fácil seria justamente fazer outro projeto de lei, tornando sem efeito o projeto de lei. É uma afronta aos moradores aqui, aos municípios, não só de Santo Antônio de Leverger, mas de toda a Baixada Cuiabana, a gente precisa se unir, a Baixada Cuiabana que vem sendo tão judiada, com problemas de desemprego graves, a gente sabe das dificuldades que esses municípios vivem, inclusive Santo Antônio de Leverger, Deputado Allan Kardec, Vossa Excelência sabe das dificuldades econômicas daquele município, que até então vivia do turismo, vivia da pesca.

E nós precisamos reforçar conjuntamente e dizer a toda a população de Santo Antônio de Leverger, aliás, a toda a população da Baixada Cuiabana, que pode contar conosco na defesa de interesses dessa importante região do Estado de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Há vários Deputados aqui inscritos... Nós estamos na Ordem do Dia... É melhor deixar para o tema livre ou querem fazer o debate agora? Vamos fazer o tema livre, pode ser?  
(FALAS SOBREPOSTAS)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Tá. Lúdio Cabral, então, vai.

O SR. LÚDIO CABRAL - Bom, Deputados, eu fiquei surpreso agora. Eu fui pesquisar aqui a pauta da sessão passada, e esse projeto aparece assim com a seguinte ementa: “incorpora área de inconsistência territorial municipal ao município de Jaciara e dá outras providências”.

Em plenário, é muito difícil a gente, na hora de votar, em função do extenso conteúdo que a pauta tem, de identificar essas contradições, essas incoerências.

O projeto sequer cita o nome Santo Antônio de Leverger, porque se citasse, eu tenho certeza de que chamaria a atenção dos colegas. Está no texto... Na verdade, está no texto de um anexo do projeto de lei, porque no projeto de lei nem consta a palavra Santo Antônio de Leverger, é um anexo que tem um mapa que diz onde existem as tais inconsistências.

Então, a Assembleia, infelizmente, se posicionou sem ter clareza do conteúdo do projeto.

E aí eu quero aqui fazer uma observação. As comissões precisam ter o cuidado de fazer essa análise. Eu fui membro da CCJR por dois anos. E na CCJR, como todos os projetos são pautados na CCJR, todos passam pela CCJR, eu sempre tive muito cuidado, quando fui membro da CCJR, de buscar analisar esses detalhes, que estão na vírgula dos projetos de lei que passam por lá, para alertar os colegas sobre o conteúdo dessas propostas.

E, para finalizar, eu quero encaminhar na direção já sugerida pelo Paulo...

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 31ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2021, ÀS 11H52MIN.**

---

Allan, apresente um projeto de lei, revogando essa lei que foi sancionada pelo governador nesta semana, coloque um requerimento de dispensa de pauta e vamos revogar essa lei. Simples. Revogamos essa lei para o debate começar novamente.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Só vou aproveitar também para fazer uma fala, até para colocar algumas verdades dentro desse processo.

Primeiro, o que o projeto de lei fala é isso mesmo: “incorpora área de inconsistência territorial municipal”; então, não tem nada de errado nisso.

Segundo, para você fazer qualquer redivisão, mudar limites de município, você tem que fazer um plebiscito.

No mandato passado, teve um projeto de lei aqui nesta Casa, foi votado esse projeto de lei, alterando divisas municipais, porque estiveram fazendo visitas nos municípios e entenderam que esse distrito ia para cá, esse ia para lá e aquele ia para lá.

Com essa lei que foi aprovada neste Parlamento, o que que aconteceu? Vários municípios... Inclusive, se eu não me engano, na época, o município de Chapada foi à Justiça, ganhou; e essa lei não tem valor nenhum.

Então, o Deputado que quiser alterar a divisa de qualquer município de Mato Grosso, é obrigatório um plebiscito, isso está na Constituição Federal, isso é lei federal, é essa a forma que tem que ter efeito.

O que acontece é que o Governo do Estado mandou três projetos para cá, para esta Casa. Quando foi feito esse projeto de lei lá atrás - e aí o Allan tem razão em partes, e em partes, não -, realmente existia essa inconsistência e estava para Santo Antônio; e aí eu não sabia desse projeto de lei de 2009. Quando fez esse projeto, essa área territorial, hoje, não pertence a Santo Antônio; Santo Antônio não está recebendo nada por essa área. Essa área pertence... está com uma inconsistência territorial realmente.

Eu vou dar um exemplo aqui do projeto que foi lido na data de hoje, o Deputado Dilmar, inclusive, tinha feito a dispensa de pauta, conversei com o líder, o líder tirou a dispensa de pauta desse projeto... Santo Antônio da Fartura; os Deputados que conhecem Santo Antônio da Fartura.

Então, está aqui nesta Casa para decidir. Santo Antônio da Fartura vai pertencer a Campo Verde, vai pertencer a Cuiabá, vai pertencer a Santo Antônio de Leverger? Porque Santo Antônio da Fartura não está na criação lá atrás de Santo Antônio de Leverger.

Então, nós temos que fazer uma emenda “a Assembleia Legislativa entende que Santo Antônio da Fartura - a escola São Vicente, aquela região - pertence a Santo Antônio de Leverger”. Está aqui o projeto, vai ter que fazer essa alteração.

O projeto que veio do Poder Executivo está colocando o assentamento Santo Antônio da Fartura para o município de Campo Verde, que, teoricamente, o pessoal fala que está mais próximo de Campo Verde, atende mais Campo Verde.

Agora, está aqui nesta Casa de Leis para ser votado, não é por que veio esse projeto colocando como de Campo Verde que está correto. Aí é o debate que tem que ser feito dentro desta Casa de Leis. O projeto está aqui, tem que ser apresentada a emenda, a alteração.

Se estiver mexendo em qualquer parte de limite... É o que o Allan falou: vai à Justiça, vai ganhar, não vai ter validade. Não pode alterar divisa de nenhum município, passando para A ou passando para B. Então, essa inconsistência tem que ser corrigida.

O município de Jaciara precisa fazer uma escola numa região que não tem acesso ao município de Santo Antônio, porque é uma serra, onde a divisa... não consegue chegar, não consegue chegar, tem que fazer uma escola lá, e se não tiver documentação, todo mundo sabe que não tem como você fazer essa escola no campo.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 31ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2021, ÀS 11H52MIN.**

---

Então, esses projetos estão aqui, estão para serem debatidos, foi tirada a dispensa de pauta, e é aquele entendimento que cada parlamentar achar.

Agora, tem que ser dada a destinação ou para Campo Verde, ou para Cuiabá, ou para Santo Antônio, ou para outro município que porventura seja o entendimento da maioria.

Então, só colocar isso de forma clara. Se tiver problema na divisão, esse projeto não se sustenta, a Justiça derruba, e é isso o que vai acontecer.

Agora se for uma área de inconsistência que, dentro dos limites territoriais, não está para o município A, não está para o município B, não está para o município C, o Estado tem a obrigação de regularizar essa área; como também a área devoluta de propriedade rural, que, quando também é encontrada, tem que fazer o anexo, anexar ao proprietário A ou ao proprietário B, porque é assim que funciona o processo de regularização.

Deputado João Batista.

O SR. JOÃO BATISTA DO SINDSPEN - Presidente, na verdade, eu só pedi para discutir rapidinho esse projeto, mas vou ser bem breve também.

No domingo passado, Vossa Excelência esteve me acompanhando lá em Santo Antônio, onde recebemos o título de cidadão santo-antoniense. E os vereadores nos colocaram essa situação aí da redivisão.

Quem entrou com o processo para que fosse revogada a lei anterior foi exatamente... (FALHA NO ÁUDIO)... Deputado Max Russi, o Deputado Allan e todos os demais Deputados, principalmente aqueles que são aqui da Baixada Cuiabana, nós vamos acompanhar esse projeto. Até porque, como disse o Presidente, se não for cumprida cada parte do rito para a aprovação desse projeto, vai ser judicializado, como foi a lei anterior.

Eu também fiz o nosso compromisso, fiz o compromisso com os vereadores, em especial nessa questão aí da redivisão, principalmente para que Santo Antônio não perca parte do seu território, e nós vamos acompanhar junto aí com os demais colegas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Valeu, Deputado Joãozinho...

O Sr. Professor Allan Kardec - Max, deixe-me fazer uma explicação, por favor...

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Allan, mas não vai sair desse debate...

O Sr. Professor Allan Kardec - Uma explicação técnica.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Um minuto.

O SR. PROFESSOR ALLAN KARDEC - A Lei nº 10.403/2016 fez várias inconsistências em divisão territorial. O município de Santo Antônio de Leverger tinha mais de 12.000 quilômetros quadrados em seu território. Quando essa lei foi aprovada, o município passou para 9.000 quilômetros quadrados. Quando a lei caiu por ação direta de inconstitucionalidade, o município era para retornar aos 12.000 quilômetros quadrados, e essa diferença ficou na área de inconsistência. Esse é um erro formal da Seplag e ontem nós encontramos esse erro formal no Intermat.

Então, dizer que essa terra não será passada para nenhum município... ela continuará com o município de Santo Antônio de Leverger.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - É... Nisso o Allan tem razão, é uma área de inconsistência federal e realmente Santo Antônio hoje não detém essa área. Então, o trabalho é para, se for o caso, colocar para o município de Santo Antônio, porque hoje não pertence para Santo Antônio.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 31ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2021, ÀS 11H52MIN.**

---

Em 1ª votação, Projeto de Lei nº 451/2021, da Procuradoria-Geral de Justiça, que autoriza a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso a doar imóvel. O parecer é favorável da Comissão de Trabalho e Administração Pública.

Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Aprovado.

Em 2ª votação, Projeto de Lei nº 385/2021, Mensagem nº 53/2021, que autoriza o Poder Executivo a alienar sob forma de permuta o imóvel que especifica e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão...

Pedido de vista do Deputado Ulysses Moraes, Faissal Calil... Deputado Valdir Barranco, é vista também?... Valdir Barranco... Pedido de vista também do Deputado Valdir Barranco. Os três Deputados pediram vista do projeto. Cinco dias.

Em 2ª votação, Projeto de Lei nº 175/2019, de autoria do Deputado Delegado Claudinei, que dispõe sobre a obrigação das empresas prestadoras de serviços a encaminhar previamente aos consumidores informações sobre os funcionários que executarão os serviços demandados. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, restando prejudicados o Projeto de Lei nº 268/2019 e o Projeto de Lei nº 43/2020 em apenso.

Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Aprovado.

Em 2ª votação, Projeto de Lei nº 834/2019, do Deputado Delegado Claudinei, que dispõe sobre o pagamento de ajuda de custo aos servidores de segurança pública quando convocados para audiência no Poder Judiciário se estiverem de folga, férias ou licença, na condição de testemunha em razão do serviço. O parecer é favorável da Comissão de Segurança Pública e Comunitária nos termos do Substitutivo Integral nº 1, acatando a Emenda nº 1, restando prejudicado o Projeto de Lei nº 410/2020 apensado, bem como o parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação nos termos do Substitutivo Integral nº 01, rejeitando a Emenda nº 01, restando prejudicado o Projeto de Lei nº 410/2020 apensado.

Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Aprovado.

Em 2ª votação, Projeto de Lei nº 445/2021, Mensagem nº 75/2021, que altera dispositivos da Lei nº 10.579, de 7 de agosto de 2017, que institui o Programa de Recuperação de Créditos do Estado de Mato Grosso - REGULARIZE e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação nos termos o Substitutivo Integral nº 02, restando prejudicado o Substitutivo Integral nº 01.

Deputado Paulo Araújo, pedido de vista? Para discutir, Paulo?

O SR. PAULO ARAÚJO - Vista.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Vista concedida ao Deputado Paulo Araújo; e eu vou pedir vista compartilhada.

Em 2ª votação, Projeto de Lei nº 446/2021, Mensagem nº 76/2021, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a instituir Programa Extraordinário de Recuperação de Créditos Tributários do Estado de Mato Grosso, relativos ao IPVA e ao ITCD - Programa REFIS IPVA/ITCD, e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Aprovado. Vai ao expediente.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 31ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2021, ÀS 11H52MIN.**

---

Eu vou... Eu quero pedir aos Deputados que abram mão da Explicação Pessoal, e todo mundo concordando, eu vou encerrar esta sessão para, logo em seguida, abrir outra sessão. Todo mundo concorda?

Está encerrada, em nome de Deus e da democracia...

Deputado Paulo Araújo, não concorda? Concorda?

O SR. PAULO ARAÚJO - Eu concordo, Presidente. E só com relação à questão da PEC da Empaer, é por isso que a gente está agilizando, né?

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Isso.

Deputado Valdir Barranco.

O SR. VALDIR BARRANCO - Presidente, eu quero sugerir também a supressão das falas no Pequeno Expediente para agilizar a pauta.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Muito bem, Deputado Barranco.

### **ENCERRAMENTO DA SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Então, não havendo quem queira falar, em nome de Deus e da democracia, declaro encerrada a presente sessão.  
(LEVANTA-SE A SESSÃO.)

**(PARTICIPARAM OS SEGUINTESENHORES DEPUTADOS: BLOCO ASSEMBLEIA FORTE: EDUARDO BOTELHO, ULYSSES MORAES, DILMAR DAL BOSCO, SEBASTIÃO REZENDE, NININHO, DR. JOÃO, XUXU DAL MOLIN, PAULO ARAÚJO, CARLOS AVALONE, THIAGO SILVA E WILSON SANTOS. BLOCO RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA: JANAINA RIVA, VALDIR BARRANCO, PROFESSOR ALLAN KARDEC, JOÃO BATISTA DO SINDSPEN, DELEGADO CLAUDINEI E LÚDIO CABRAL. BLOCO PARLAMENTARES UNIDOS: FAISSAL, MAX RUSSI, VALMIR MORETTO, ELIZEU NASCIMENTO, DR. EUGÊNIO E GILBERTO CATTANI. DEIXOU DE PARTICIPAR O SENHOR DEPUTADO DR. GIMENEZ, CONFORME O MEMORANDO Nº 74/2021.)**

Revisão: Ivone Borges de Aguiar Argüelio.